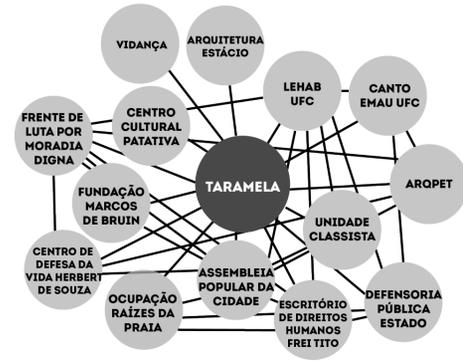


TARAMELA ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA E CIDADE

TRAMA DE AGENTES

A Taramela se iniciou como um coletivo de profissionais e de estudantes, ligados a temática da cidade, que, desde novembro de 2016, vem se reunindo e atuando junto a comunidades e movimentos sociais, prestando serviços de assessoria técnica nos âmbitos da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano. Ao longo deste tempo, o grupo vem desenvolvendo atividades, como oficinas, palestras, formações populares, projetos, mutirões e acompanhamento de políticas públicas junto a diversas outras entidades, com as quais foi construída uma complexa teia de relações. A Taramela participa e compõe de espaços coletivos de discussão sobre questões urbanas em Fortaleza, como a Frente de Luta por Moradia Digna e as Assembleias Populares da Cidade, articulações das quais participam outras organizações da sociedade civil, escritórios públicos e grupos da universidade, o que faz deste trabalho o mais coletivo o possível.



DESENVOLVIMENTO

O desejo comum dos membros que pensam a Taramela desde o início é de trabalhar com demandas populares de forma diferente dos convencionais escritórios. Os integrantes do grupo já tinham um histórico de participação em atividades de extensão e em grupos de pesquisa sobre planejamento urbano e direito à cidade. Durante um primeiro período nos concentramos em reunir referências para atuação em assessoria técnica, pesquisando sobre entidades que trabalham no campo, como se dá seu funcionamento e os meios de financiamento das ações. Tentamos alguns editais para apoiar o início da entidade, porém não conseguimos resultados positivos, talvez pelo difícil contexto de crise mesmo para organizações da sociedade civil mais antigas.

INÍCIO DO COLETIVO

ASSEMBLEIA POPULAR DA CIDADE

A Assembleia Popular da Cidade (APC) é um articulação de movimentos, comunidades, associações, organizações da sociedade civil, cidadãos autônomos e grupos da universidade para discutir questões urbanas em Fortaleza. Ela tem origem dos Encontros de Resistências Urbanas, momento realizadas no início de 2017, idealizados pela Frente de Luta por Moradia, com objetivo de reunir outros grupos de resistência da cidade tendo em vista a falta de espaços de controle social da política urbana e o modos operandi extremamente neoliberal com o qual tem sido tratada. A primeira Assembleia Popular da Cidade acontece em junho de 2017 na Vila Vicentina, os encontros são itinerantes mensais e aconteceram em outras 8 comunidades de Fortaleza, sequencialmente: Mucuripe, Bom Jardim, Pici, Ocupação Gregório Bezerra, Conjunto Palmeiras, Lagamar, Aldaci Barbosa e Ocupação Raízes da Praia. Além dos encontros nas comunidades, haviam assembleias de planejamento e articulação, onde foram definidos três eixos prioritários de ação: vazios urbanos, a carcerista e o extermínio da juventude negra. A discussão sobre esses eixos varia de acordo com a demanda de cada comunidade que recebe o evento e surgem relações com outros temas como moradia, segurança pública, saúde, saneamento e cultura. A Taramela compunha a APC sempre se organizando em alguma de suas três comissões: de articulação e mobilização, de comunicação e de formação. No segundo semestre de 2018, talvez devido a intensificação dos compromissos políticas das entidades que compõem a articulação, com destaque para o processo de regulamentação das ZEIS, a APC acaba por se desarticular, tendo seu último encontro realizado em agosto de 2018.



AMBIENTE EM MOVIMENTO

O projeto Ambiente em Movimento foi uma ação conjunta de intervenção em espaços livres idealizado pelo grupo Jovens Agentes da Paz (JAP), grupo atuante no Grande Bom Jardim (GBJ) ligado ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, e que contou com a assessoria da Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade. A ação foi financiada através de edital público e consistiu, em uma série de ações de educação ambiental realizadas pelo JAP, com rodas de conversa e criação de hortas em escolas públicas. Como parte do edital, uma das propostas do grupo era a construção de mobiliário urbano com material reutilizado e o plantio de mudas em diferentes espaços públicos do GBJ. Os membros da Taramela foram contratados para assessorar a produção dessas intervenções. Houve pouco tempo para a realização das 4 propostas, diante do curto prazo, o processo de definição do desenho não ocorreu de forma participativa, entretanto, durante a execução e montagem dos equipamentos propostos, várias decisões foram tomadas coletivamente, como a locação das peças, forma de encaixe e até mesmo as cores. A ação ocorreu entre o final de dezembro de 2017 e início de 2018, e a doação de parte da remuneração dos arquitetos do coletivo foi o que possibilitou que o grupo viesse a se formalizar como organização da sociedade civil sem fins lucrativos em março de 2018 com o CNPJ aberto em abril do mesmo ano.



PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL NO LAGAMAR

Em março de 2018, o Banco de Desenvolvimento da América Latina lança um concurso de propostas de desenvolvimento urbano e inclusão social. A Taramela desenvolve então um projeto para o Lagamar em parceria com grupos locais. A proposta consiste na reforma e ampliação de dois equipamentos comunitários importantes para a comunidade, o prédio da Fundação Marcos de Bruin (FMB) e a sede do grupo Jovens em Busca de Deus (JBD), e o melhoramento dos espaços públicos à margem do canal que divide a comunidade. Para a elaboração do projeto foram realizadas oficinas com diferentes faixas etárias de moradores do Lagamar, crianças da FMB, jovens do JBD e do Coletivo LGBT flor no Asfalto, pessoas do grupo de crisma para adultos do JBD e idosos que são atendidos por um serviço de saúde comunitária na FMB. O objetivo da oficina era realizar um diagnóstico urbano popular, registrar o histórico da comunidade, captar as potencialidades do local e pensar juntos soluções de inclusão social para o território. Para além da própria política da Taramela, o processo participativo era uma exigência do concurso. Infelizmente, devido a problemas técnicos no momento de submissão do trabalho, estouramos o tempo limite e não conseguimos enviar a proposta elaborada.



PROJETO VIDANÇA



Em 2018 a Taramela foi chamada pra fazer o projeto de reforma e ampliação do Vidança, uma organização sem fins lucrativos localizada no bairro Vila Velha, periferia do extremo oeste de Fortaleza que atua com ações formativas em dança e música, além de cursos de costura, para a população do entorno. Para o desenho do projeto realizamos oficinas de desenho participativo tanto com as crianças, captando suas percepções atuais dos espaços, assim como seus sonhos e desejos para o futuro do Vidança, quanto com o professores e funcionários da escola para melhor entender quais seus desafios no espaço atual e como melhor atender às suas necessidades.

FORMALIZAÇÃO COMO PESSOA JURÍDICA

CONTRAPROJETO PARA O POLO DE LAZER DO CONJUNTO CEARÁ

Em meados de 2017, o Governo do Estado lança um projeto de reforma para o Polo de Lazer do Conjunto Ceará, porém a proposta não contemplava uma série de demandas de grupos culturais e de trabalhadores do Polo. Esses grupos contactam a Taramela e juntos desenvolvemos um contraprojeto, expressando as necessidades dos usuários em forma de desenho. A reforma foi discutida em três exaustivas reuniões na Casa Civil onde os representantes dos moradores do Conjunto Ceará conseguiram negociar alterações no projeto do original do Governo. O projeto final só foi divulgado em 12 de junho de 2018, num grande evento de inauguração com o Governador, onde foi dito que todas as demandas da população tinham sido atendidas, mas sem reconhecer o processo de discussão e os agentes que dele participaram e sem apresentar o desenho final em detalhes.



ASSESSORIA NO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS EM FORTALEZA

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são um importante instrumento, consolidado nacionalmente pelo Estatuto das Cidades em 2001, na garantia da regularização fundiária e urbanística em áreas de assentamentos precários. Contudo, devido a falta de prioridade, bem como a descontinuidade política, o instrumento inserido em 2009 no PDFFor se mantém inoperante para a maioria dos territórios de ZEIS. Apesar do descaço do poder público com esse instrumentos, ele sempre foi importante pauta para as comunidades de Fortaleza que através da pressão popular conseguiram instituir espaços de trabalho que caminharam para a regulamentação. Após cinco anos de discussão foram escolhidas 10 ZEIS prioritárias: Bom Jardim, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Poço da Draga, Praia do Futuro e Serviluz, tendo a ZEIS Dionísio Torres sido incluída durante a última comissão de proposição. Depois de cerca de um ano e meio de trabalho na Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS, que foi composta por membros do poder público municipal, representantes das 10 ZEIS prioritárias, das universidades, de movimentos populares e organizações da sociedade civil, é

lançado um relatório com propostas de minuta de lei e termos de referência para dar início ao processo de regulamentação. Após o fim da Comissão, na espera para publicação dos decretos, se inicia um processo de mobilização social nas comunidades. Organizações locais ou grupos de moradores interessados começam a organizar reuniões com outros moradores para tratar das ZEIS. A Taramela passa então a assessorar diretamente três ZEIS: Mucuripe, Lagamar e Pici. Através de reuniões de quarteirão ou na casa de moradores que abriam seus espaços para outros moradores, foi conversado sobre o que é ZEIS e o que iria acontecer nos próximos meses nos seus territórios. Em maio de 2018 o decreto para eleição dos Conselhos Gestores é publicado pela prefeitura com

grandes modificações na composição dos conselhos, destacando-se a retirada de uma(1) vaga para universidade e uma(1) vaga para movimento popular e o acréscimo de uma(1) vaga para a câmara de vereadores. Porém, o processo de mobilização não parou, as comunidades continuaram com suas estratégias de organização em parceria com a Taramela, a Prefeitura apenas distribuiu material gráfico e realizou as Assembleias para escolha das comissões eleitorais e em seguida as eleições. A Taramela compôs a comissão eleitoral no Lagamar e foi eleita para os conselhos do Mucuripe e Pici para um mandato de dois anos.



ASSESSORIA À OCUPAÇÃO RAÍZES DA PRAIA

A Raízes da Praia é uma ocupação organizada pelo Movimento dos Conselhos Populares (MCP) que já tem mais de 9 anos. A Ocupação já tem um longo histórico de luta e está em lotes privados da Praia do Futuro. Há alguns, além das assessorias jurídicas, o ArqPET assessoria tecnicamente a comunidade, mas a Prefeitura nunca efetivou nenhuma ação para garantir o direito à moradia da ocupação. Recentemente a Raízes da Praia passou a se organizar no sentido de disputar a construção de casas pela modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida e a Taramela se somou ao ArqPET na assessoria. Com a mudança no cenário político não se sabe quais estratégias recorrer, mas a Taramela continuará acompanhando a Ocupação.

mente a Raízes da Praia passou a se organizar no sentido de disputar a construção de casas pela modalidade Entidades do Programa Minha Casa Minha Vida e a Taramela se somou ao ArqPET na assessoria. Com a mudança no cenário político não se sabe quais estratégias recorrer, mas a Taramela continuará acompanhando a Ocupação.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COMUNIDADE PRESIDENTE VARGAS

Projeto em parceria com a Defensoria Pública do Estado e com o Canto, EMAU da UFC, de regularização fundiária da comunidade Presidente Vargas. Além do levantamento e da elaboração dos memoriais para o processo de usucapião o grupo desenvolve

uma cartografia social registrar a história da comunidade e fortaleza a ação jurídica. O projeto se iniciou no segundo semestre de 2018 e ainda está em desenvolvimento.



PROBLEMATIZAÇÃO



ASSESSORIA PROJETO DE EXTENSÃO ESTÁCIO

Durante o ano de 2018 a Taramela prestou assessoria para um projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Estácio, que consiste no desenvolvimento de um projeto participativo de mobiliário urbano para a Praça Coração de Jesus, no centro de Fortaleza. Além de atividades de formação com os alunos, foi realizada uma oficina em parceria com o movimento Viva o Centro.

demandam um comprometimento prolongado, a exemplo da assessoria às ZEIS, que é um processo de mais de um ano e que após a eleição dos conselhos gestores ainda firma um compromisso da Taramela com esse territórios por pelo menos dois anos. Em oposição têm-se atividades que requerem um trabalho de forma mais rápida a exemplo do contraprojeto do Polo de Lazer do Conjunto Ceará ou de ações como remoções que requerem a disponibilidade de rápida intervenção dos profissionais na formulação de propostas, por vezes são respostas que impedem até a formulação de processos mais participativos. Há ainda uma grande dificuldade na consolidação da atuação como uma alternativa profissional, principalmente porque a maioria dos trabalhos desenvolvidos pela Taramela foram realizados de forma voluntária, tendo seus membros que se dedicam em empregos de meio período ou em projetos avulsos de cunho mais comercial. Contudo, o grupo não se propõe a assumir tarefas que deveriam ser realizadas pelo Estado, mas se insere em uma variedade de espaços de controle social e de debate público, levando a necessidade de efetivação da lei de assistência técnica através de políticas públicas que possam garantir esse direito social, sendo a consolidação da Taramela como pessoa jurídica um importante passo na medida em que tenciona esse campo e ao mesmo tempo se põe como grupo formalizado e em construção de experiências para atuação em busca da democratização da arquitetura e do urbanismo. exigem os diferentes casos. Por um lado há ações que